

AÇÕES AFIRMATIVAS - A MEMÓRIA E O SONHO

Aluno: Edson de Souza

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves

1.0 - Introdução

O presente trabalho é o primeiro resultado de uma pesquisa que se iniciou juntamente com a minha admissão como bolsista de Iniciação à Pesquisa Acadêmica do Núcleo de Memória da PUC-Rio, em março de 2020. A ideia inicial era verificar o impacto social e a relevância alcançada por ex-estudantes da PUC-Rio que tenham ingressado na Universidade pelo programa de bolsas filantrópicas, o que se somaria no final, a mais uma comprovação do sucesso desse sistema. Entretanto, no decorrer das conversas e leituras direcionadas para a pesquisa, o projeto alcançou uma escala, pois foi entendido que com um olhar mais abrangente sobre a amplitude das Ações Afirmativas que nascem da discussão sobre relações raciais no Brasil, o tema ganharia em riqueza e em conteúdo. Esse formato veio a conciliar-se com a crescente repercussão pública das manifestações acerca do racismo e do racismo estrutural, após os protestos nos Estados Unidos por conta da morte de George Floyd por agentes da polícia ocorrida em 25 de maio de 2020, que alcançaram ressonância mundial tornando-se um tema de primeira ordem nas discussões sobre a nossa sociedade.

A pesquisa a ser feita levantará os fatos históricos das relações raciais no Brasil e suas consequências, a relevância das ações afirmativas como alavanca social e a importância e impacto da PUC-Rio como formadora de cidadania e como a própria Universidade é afetada e transformada por esse processo de mudança nos valores sociais.

Este trabalho é realizado por Edson de Souza, graduando de Ciências Sociais da PUC-Rio e bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio. O Núcleo é vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (VRAC) e coordenado pela professora Margarida de Souza Neves, além de contar com os pesquisadores Clóvis Gorgônio, Eduardo Gonçalves, Silvia Ilg Byington e com a colaboração de Weiler Finamore Filho, do Comunicar, o fotógrafo Antônio Albuquerque, e atualmente, além de mim, quatro bolsistas de Iniciação Científica: Eric Damião Duarte, Raylla Aquino, Ana Amorim e Juliana Capossoli.

Este relatório é dividido em duas etapas:

- Relatório Técnico: lista as atividades feitas por mim no período de março de 2020 a julho de 2020, dividindo-se um resumo das atividades realizadas coletivamente e individualmente;

- Relatório Substantivo: o texto que consolida o meu trabalho individual na pesquisa.

2.0 - Relatório Técnico

2.1 - Atividades em equipe

No período compreendido neste relatório, o Núcleo de Memória realizou algumas atividades coletivas presenciais e posteriormente no formato de reuniões on-line na plataforma Zoom devido às restrições impostas pelo início da pandemia do Covid-19, conforme as recomendações da Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos da PUC-Rio. Foram realizadas as seguintes atividades em equipe:

- Reuniões semanais com a participação de toda a equipe: coordenadores, pesquisadores e bolsistas; tendo como principais metas elaborar projetos, sistematizar a agenda de tarefas, trocar experiências, discutir textos produzidos pela equipe e realizar seminários sobre textos de apoio sobre memória, documentos, suportes de memória, tais como fotografias, a partir da leitura de bibliografia temática. Sendo que presencialmente eu participei apenas de duas reuniões realizada em 09 e 16 de março de 2020, as posteriores se deram pela ferramenta Zoom, em função das exigências de isolamento social por causa da pandemia de Covid.19;
- Em reunião apresentação de vídeos relatando a experiência de vida de ex-bolsistas da PUC-Rio que ingressaram pelo NEAM/PUC-Rio (Núcleo de Estudos e Ação sobre o Menor).
- Oficina para uso do aplicativo Zoom na qual Margarida, Clóvis e Eduardo reuniram-se virtualmente com os bolsistas do Núcleo para treiná-los e capacitá-los para uso da ferramenta Zoom, indicada pela PUC-Rio para realização de aulas e reuniões *online*;
- Seminário de texto com debate sobre o capítulo: SONTAG, Susan. Na caverna de Platão. In Sobre fotografia. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 7-19.
- Apresentação feita pela profa. Margarida em Powerpoint através da ferramenta Zoom intitulada “Teia de Penélope do Núcleo de Memória”, sobre tarefas pendentes e recorrentes do Núcleo.
- Discussão sobre a elaboração do folder da Coleção Lugares de Memória: toda a equipe ficou responsável em escrever para o folheto da Coleção dos Lugares de Memória em dupla com os pesquisadores Margarida, Clóvis, Eduardo e Weiler.
- Seminário Panorama do Conceito de Memória no qual a professora Margarida ministrou o seminário que apresentou um panorama de alguns autores que trabalham com o conceito de memória. Nesse seminário a equipe discutiu o texto “Memória, identidade e projeto” do antropólogo Gilberto Velho.
- Seminários e oficinas sobre as Jornadas de Iniciação Científica de 2020: debates de textos, laboratórios sobre a confecção de Resumo e Relatórios, oficina de posters e apresentações orais.
- Reunião com a Coordenação de PIBIC no dia 10 de julho de 2020.

2.2 - Atividades Individuais

Como dito anteriormente, devido às medidas de restrição adotadas no início da pandemia desencadeada pela Covid-19, não me foi possível realizar um número significativo de atividades individuais relacionadas ao trabalho específico realizado no Núcleo de Memória da PUC-Rio, estando então restrito à leitura do material produzido pelo Núcleo em material impresso e disponível no site do Núcleo e de textos que complementam as ideias desenvolvidas em meu projeto de pesquisa, a seguir as atividades que realizei individualmente.

- Leitura do site do Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Leitura da Bibliografia produzida pelo Núcleo de Memória da PUC-Rio;
- Divulgação e entrega nos departamentos, núcleos e institutos da PUC-Rio dos cartazes referentes ao 2º Concurso de Monografias;
- Laboratório de Metadados no qual foi realizado um laboratório de documentação e cadastro em Metadados com os novos bolsistas, Ana e Edson;

Em minha pesquisa individual para elaborar o meu trabalho para o PIBIC, iniciei lendo o livro Ação Afirmativa na PUC-Rio de Andréia Clapp Salvador, Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio, onde a autora descreve todo o processo de ação afirmativa implementado pela PUC-Rio desde 1994, imprescindível para entender como a Universidade se encaixa nessa discussão. Em seguida li o livro “Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas”, organizado por Sales Augusto dos Santos, Doutor em Sociologia pela UnB, que traz uma perspectiva mais ampla do tema, apresentando o início das discussões e implantação das

ações afirmativas no país e globalmente. Tendo como base a leitura destes dois livros, abriu-se uma discussão que acompanha desde sempre o debate sobre Ações Afirmativas que é o favorecimento de pessoas negras em detrimento das oportunidades de pessoas brancas. Para tratar do contra-argumento a afirmação, fiz a leitura do livro “120 Anos de Abolição: 1888 - 2008” de Jorge da Silva, Doutor em Ciências Sociais pela UERJ, e também do texto “A Categoria Político-Cultural de Amefricanidade” de Lélia Gonzalez, Doutora em Antropologia Política pela UERJ.

A seguir, segue o Relatório Substantivo produzido a partir da minha pesquisa.

3.0 - Relatório Substantivo

AÇÕES AFIRMATIVAS - A MEMÓRIA E O SONHO

Aluno: Edson de Souza

Orientadores: Margarida de Souza Neves, Clóvis Gorgônio e Eduardo Gonçalves

3.1 - Introdução

Recentemente, me assaltou como um vilão no meio da noite a notícia da morte do grande desenhista Daniel Azulay, ocorrida em 27 de março de 2020 devido a complicações causadas pelo COVID-19. Juntamente com a tristeza pela perda veio-me um turbilhão de memórias que eu havia carinhosamente guardado. E o que Daniel tem a ver com o que temos a tratar aqui? Tudo, desde que entendamos que é no campo das ideias que nascem a energia que dará movimentação à vida. Em uma infância difícil, onde era comum a escassez de quase tudo, Daniel, com sua obra e simpatia, gerou em mim o sentimento de importância. Lembrou-me de minha mãe chegando em casa do trabalho de doméstica com uma cartilha de As Aventuras da Turma do Lambe-Lambe, a número 1 de três edições, que tinha uma capa verde com Daniel ao centro e ao lado, no detalhe, atores fantasiados como seus principais personagens. A página central formava um pôster destacável que trazia o desenho de toda a turma e a personagem Ritinha segurando um estandarte onde no centro havia o espaço para colocar uma fotografia 3X4. No espaço superior do pôster havia os dizeres “Algodão doce para você que também faz parte da turma do Lambe-Lambe” com a assinatura do Daniel Azulay, e no estandarte estava escrito: “ESTE AQUI É O PRINCIPAL AMIGUINHO DE NOSSA TURMA”.



Imagem ilustrativa do pôster original, retirada da internet.

Só recentemente, em conversas com a minha irmã, vim a descobrir que quem escreveu esta última frase lá foi a minha própria mãe. Para um menino negro, pobre e morador de um dos bairros com o menor IDH de São Gonçalo, aquele pôster representou uma virada de chave na vida, pois foi quando comecei a desenhar e aquele momento não somente despertou o meu talento inato para a ilustração, como também acendeu em mim o desejo de fazer parte de coisas grandiosas, de acender a chama do saber em mim, despertou a curiosidade pelas coisas do mundo, por querer observar por sobre os muros que cerceavam a minha realidade. O trabalho desenvolvido por Daniel Azulay, aliado à preocupação de minha mãe em me incentivar mesmo com poucos recursos, fomentou em mim o desejo e o sonho de ser mais, de explorar toda a minha potencialidade.

É preciso antes de qualquer coisa, para uma melhor absorção do que trataremos aqui, ter em mente que alguns temas não são escolhidos, eles se impõem pela retórica da vida, que os desnuda a medida que caminhamos na trilha escolhida por nós, o que se é está intrinsecamente ligado ao que se foi, e esse conjunto de fatores constrói o pavimento à frente. Não há como coagir a memória a vilipendiar a crueza vívida do trajeto percorrido, a composição do hoje depende de seus erros e acertos, prazeres e dissabores e como as árvores que mesmo após morrerem possuem o potencial de gerar e manter vidas em si, aquele que respeita sua própria trajetória gera vida, mantém a vida e vivifica vidas através de suas memórias, talhadas nos mais diversos tipos de linguagem.

O objetivo deste texto, primeiro produto como bolsista de Iniciação Científica do Núcleo de Memória da PUC-Rio, é analisar o sistema de bolsas de estudo instaurado na PUC-Rio, o quanto ele, no decorrer dos anos assimila e adapta aspectos importantes da lei de Ações Afirmativas e como essa característica se reflete profundamente no corpo de alunos da Universidade. E também, desenvolver reflexões que indiquem que através da plena compreensão das incongruências estabelecidas em nossa sociedade, poderemos promover uma verdadeira equidade social e, por meio dela, oportunidades e condições que tornem as existências das pessoas terrenos férteis de possibilidades numa atmosfera respeitosa às individualidades humanas e à liberdade inspiradora que desse novo momento venha advir. O trabalho também pretende refletir acerca da importância das memórias e histórias que foram

afetadas pelas relações desarmônicas de nosso sistema social, criam a partir de si, referenciais de iniciativas de sucesso que deram conta de um processo de reparação, que permite a projeção de um sistema social justo, dinâmico e promissor que abarque todos os indivíduos e que obtenha deles a colaboração máxima de suas potencialidades para a construção e aprimoramento desta mesma sociedade. Um antigo provérbio senegalês de autoria desconhecida diz que “um pé sozinho não inicia uma grande caminhada”, tendo em mente todo o processo percorrido pela comunidade negra brasileira desde a abolição, com escassa participação na construção de leis que organizam nossa sociedade, o projeto de ações afirmativas vem como um aceno por parte do Estado e da sociedade civil de assumir a sua responsabilidade na construção de ações específicas que nos ajudem como sociedade a alcançar equidade.

É preciso ressaltar que embora o processo de estruturação das ações afirmativas no Brasil tenha enfrentado um longo período de lutas até a criação de ações concretas, nosso país não está na vanguarda de sua implantação. Um quarto dos países do mundo em seis continentes se utilizam das ações afirmativas ou leis similares para propulsionar grupos em situação de marginalização e atraso social causados pela discriminação racial, de gênero ou socioeconômica. Os Estados Unidos da América do Norte foram os precursores, na década de 1960 com o presidente John F. Kennedy, como forma de promover igualdade entre brancos e negros naquele país. Os nomes variam (ação afirmativa, reserva, acesso alternativo, discriminação positiva) mas os programas possuem as mesmas metas de expandir a participação de grupos não dominantes com base em raça, gênero, etnia, classe e geografia na estrutura socioeconômica dos países.

Pensar ações afirmativas apenas como um instrumento de acesso para o indivíduo ascender socialmente é um reducionismo do potencial que elas possuem. As ações afirmativas são um acelerador dos indivíduos, elas expandem o horizonte de experiências que podem ser acessadas e retornam como o combustível do motor social. Apesar de estarem intrinsecamente ligadas ao conjunto de reivindicações do Movimento Negro, e assim poderem ser entendidas, como fruto das reivindicações de benefícios e direitos não partilhados com a comunidade negra brasileira, elas não se restringem a este grupo específico. O legado das lutas iniciadas pelo movimento negro no Brasil deu visibilidade para os diversos outros grupos e segmentos marginalizados que compõem nossa nação (mulheres, comunidade LGBTQ+, indígenas, quilombolas) e ações como cotas estudantis e trabalhistas também se estenderam a eles por lei.

3.2 - Ações Afirmativas no Brasil e sua relevância

O longo período escravagista vivido pelo Brasil gerou sequelas que são experimentadas até hoje em nosso território. Após mais de 132 anos da abolição da escravatura é possível ver em que lugar da pirâmide social se encontra o maior quantitativo de negros e negras descendentes dos mais de quatro milhões de seres humanos sequestrados da África para o Brasil. Este passado segue estabelecendo efeitos nas relações que moldaram a sociabilidade de nosso povo, construindo as bases do preconceito racial muitas vezes latente, encoberto por uma fabricada ideia de harmonia racial e nossas discussões sobre o assunto estão distantes de serem esgotadas, estudadas e debatidas a fim de uma necessária e ampla reformulação comportamental e estrutural de nossa nação. O cientista político Jorge da Silva, em seu livro “120 Anos de Abolição: 1888 – 1988”, [1] ressalta através de uma análise histórica das relações raciais brasileiras um aspecto muito forte desta herança escravagista, que é a incapacidade dos brasileiros de enxergarem todos os cidadãos como sujeitos detentores de direitos. Ele explica que todo o processo histórico legal brasileiro funcionou como avalizador da construção social negativa do negro. As chamadas “leis para inglês” ver criadas no período pré-abolição aliadas a outras leis criadas antes e depois deste período, ajudaram a formalizar

uma divisão social discriminatória e precederam em nossa sociedade aspectos geradores de uma cognição coletiva da ideia do lugar de negro, eufemismo para indicar a subalternidade de afrodescendentes. Exemplos:

- 1º lei da Educação (Lei nº1, de 14 de janeiro de 1837): negros não podem frequentar as escolas;
- Lei de Terras (Lei nº601, de 18 de setembro de 1850): negros não podem ser proprietários de terras;
- Lei do Ventre Livre (Lei nº2.040 de 28 de setembro de 1871): considerava livres todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data. Esta lei apresentava um adendo interessante pois as crianças além de proibidas de frequentar escolas e áreas públicas, possuíam dívidas com os donos de escravos pois durante o período de amamentação e crescimento, supostamente usufruíam de benefícios dispostos por eles, o que as obrigava a trabalhar para este senhor até que a dívida fosse considerada quitada;
- Lei dos Sexagenários (Lei nº3.270 de 28 de setembro de 1885): considerava liberto quem alcançasse 60 anos. Raros eram os negros que atingiam esta idade, o tempo médio de vida de um escravizado era entre 16 e 44 anos. Aqueles que atingiam esta idade, ou viviam de mendicância nos povoados ou decidiam permanecer nos locais de escravatura onde tinham família e viveram longos anos. A lei também possuía um adendo, segundo o qual o então liberto deveria trabalhar de graça para o seu patrão por mais três anos.
- Lei dos Vadios e Capoeiras (Código Penal – Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890): os que perambulavam pelas ruas, sem trabalho ou residência comprovada, iriam presos. Esta lei foi criada dois anos após a abolição.
- Lei do Boi (Lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968): 1ª lei de cotas, destinada aos filhos de donos de terras. E, estabelecia cota de 50% na área rural e 30% na área urbana para latifundiários que não residiam na área rural e proveu vagas nas escolas técnicas e nas universidades. Embora não diga respeito à população negra, esta lei aprofundou o abismo entre brancos e negros [2].

Para Jorge da Silva, o direito no Brasil sempre foi um facilitador do distanciamento socioeconômico dos grupos étnicos que compõem nossa sociedade. Se por um lado temos um discurso balizador da ideia geral de igualdade social, que tenta não considerar a existência de desvios e incongruências dando ênfase a casos extraordinários e escolhendo os pontos de vista comparativos que invisibilizam as condições gerais, o que observamos na prática são modelos de sociabilidade que não respeitam as individualidades, ou os já citados desvios e incongruências que surgem como dificuldades ao desenvolvimento dos indivíduos. A professora e antropóloga Lélia Gonzalez expõe em seu texto “A Categoria Político Cultural de Amefricanidade” o seguinte apontamento:

Para um bom entendimento das artimanhas do racismo acima caracterizado, vale recordar a categoria freudiana de *denegação* (Verneinung) - processo pelo qual o indivíduo, embora formulando um de seus desejos, pensamentos ou sentimentos até aí recalcado, continua a defender-se dele, negando que lhe pertença - (Laplanche e Pontalis, 1970). Enquanto denegação de nossa ladinoamefricanidade, o racismo ‘à brasileira’ se volta justamente contra aqueles que são testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não fazer (‘democracia racial’ brasileira). [3]

Uma parcela massiva da sociedade brasileira não compreende a questão racial e nega a existência do racismo. O tratamento discriminatório dispensado a negros, pardos, indígenas e também a outros grupos como LGBTQ+, é causador de grande parte da desarmonia em nossa sociedade, fruto de uma mentalidade hierarquizante, conservadora e paternalista. Foi

desenvolvida desde o período escravagista, e cognitivamente normalizou todo o tratamento subalternizante a pessoas que não se enquadram nos padrões homem/mulher, branco, hétero.

Quando apresentadas propostas que visam reparar as distorções causadas por estas tensões sociais, geralmente as reações se pautam na utilização do senso comum sobre o que ou como deveria ser a igualdade de oportunidades e tratamento aos indivíduos, como uma receita pronta para uma ideia de sociedade que é distante em situações reais da sociedade que vivemos, reações que por fim potencializam o efeito das deformidades discutidas neste trabalho. Sem respeitar as diferenças, entender e dirimir o que as provoca - isto quando estas se provam prejudiciais ao ser humano e à sua vivência - não constituímos igualdade, ou melhor, não estabelecemos equidade. Ao imputar o senso comum de igualdade, colocamos em prática o desnivelamento que acentua os abismos sociais, e a resposta usual que é a cartilha meritocrática no que se entende comumente enquanto meritocracia, distorce o próprio conceito de mérito e poder, onde os mais capacitados alçam as melhores posições e promove ascensão apenas a uma parte já privilegiada de nossa sociedade, detentores de acesso a um capital social, cultural e financeiro elevado. A verdade é que existem barreiras intransponíveis para a ascensão social de grupos historicamente marginalizados que são mascaradas pela superestimada ideia de superação pessoal e o resultado, na maioria esmagadora das vezes, é o consequente fracasso daqueles que dependem apenas de si mesmos para alcançar o sucesso almejado, porém seguem desprovidos das ferramentas necessárias para lhes prover o acesso a ele. A estes indivíduos resta a conformação por haverem tentado enquanto a outros a consternação pelo desencanto em suas próprias incapacidades, creditando somente a si mesmo o fato de não possuir condições intelectuais e técnicas para a promoção social.

Na imagem em destaque abaixo, observamos um recorte do que estamos discutindo. O grafite apresenta dois caminhos comuns para os negros brasileiros moradores de zonas periféricas, o da direita como usuário de drogas e o da esquerda que é a ingresso no crime organizado. Em ambos vemos os personagens vestindo camisas da seleção brasileira, objeto transformado pela nação em símbolo máximo de sua pertença à pátria e o futebol visto como uma das formas de ascensão social em nossa sociedade hierarquizada. Abaixo, na parte inferior da pintura encontra-se um menino, de nome Ryan, sentado ao lado das latas de spray, olhar sonhador, preso entre as realidades retratadas e a possibilidade de um futuro longe de tudo isso, o que me faz pensar em uma frase do filósofo alemão Immanuel Kant e reinterpretá-la adaptando-a a esta realidade: o céu estrelado sobre mim, e a dura realidade ao redor de mim.



Menino Ryan de 9 anos sentado em frente ao grafite pintado em referência a Copa do Mundo de 2014, na favela Vila Flávia de São Paulo em 28 de maio de 2014. Agência Reuters. Fotógrafo: Nacho Doce.

As Ações Afirmativas, então, surgem como resposta a esta falta de equidade. Elas são um conjunto de medidas especiais voltadas para grupos vitimados pela exclusão social e seu objetivo é eliminar todo e qualquer tipo de desigualdade e segregação ou formas de dominação dos grupos elitizados para com os grupos populares e o conseqüente agravamento da marginalização de grupos fragilizados socialmente por questão de raça (no sentido sociológico que ela se impõe), etnia, gênero, religião ou situação econômica. Essas ações são executadas através de políticas de Estado que visam propiciar uma maior participação desses grupos nas áreas de educação, emprego, na aquisição de bens e melhores e maiores condições de acesso a bens culturais. No Brasil entre as ações afirmativas existem o sistema de cotas, o sistema de bolsas de estudo para pesquisas e o acesso a empregos públicos. Elas são políticas preventivas e reparadoras, promovem acesso a direitos universais como moradia, saúde, educação e emprego, e não devem ser confundidas com políticas antidiscriminatórias, pois não possuem o pressuposto de reprimir ações discriminatórias e sim impulsionar grupos excluídos historicamente do processo de desenvolvimento social. Podemos pensar as ações afirmativas como políticas públicas surgidas a partir da reivindicação de movimentos sociais, como projetos de governo ou como ações realizadas a partir de organizações autônomas da sociedade civil que buscam valorizar determinadas identidades ou inserir grupos marginalizados na estrutura social.

3.3 - Um breve histórico

De acordo com a historiadora Juliana Bezerra [4], o processo de imigração inicia-se no Brasil a partir de 1850 com a chegada de milhares de imigrantes europeus. Com o intuito de apagar a herança escravocrata o governo brasileiro estimulou a vinda de europeus com o objetivo de branquear a população brasileira. Esse processo durou aproximadamente 100 anos (até meados de 1950), trouxe ao país quase quatro milhões de europeus que se estabeleceram principalmente nas regiões Sul e Sudeste devido ao clima. Era uma política de Estado que visava atender aos clamores lançados por intelectuais eugenistas da época que diziam que um país de maioria negra e mestiça não teria como dar certo. A ideia era que uma vez com um

quantitativo branco proporcionalmente grande no Brasil, a seleção natural extinguiria os negros através da miscigenação ou como era dito por alguns teóricos eugenistas, superação da espécie branca sobre a preta. Embora estes imigrantes tivessem vindo em situação precária ao país, a eles foram dados recursos que não foram disponibilizados à população negra, que no período inicial, em 1850, ainda era em sua maioria escravizada, como terras, sementes, empréstimos bancários e escolaridade que permitiram que o quantitativo branco se estabelecesse em uma condição muito melhor na sociedade brasileira. Mesmo os negros libertos possuíam uma série de obstáculos que lhes impediam uma integração harmônica à estrutura social, como no adendo à Lei do Ventre Livre citada anteriormente, e aqueles que ainda assim, com todos os impedimentos, conseguiam algum nível de ascensão, com alguns até adquirindo escravos, também ficavam à margem sofrendo com os efeitos desses impedimentos. Esse problema inicial gerou o que se pode pensar como uma concorrência desleal à integração social do negro no Brasil, o que tomou uma dimensão muito maior com a própria Abolição, feita sem um planejamento prévio para a inserção dos ex-escravizados à sociedade.

O que se seguiu foi a estruturação do mito da democracia racial surgido a partir da década de 1930 que ocultou no Brasil o debate racial e as mazelas que o abismo socioeconômico advindo também da discriminação racial gerou para a população negra, parda e indígena. Com a invisibilização deste debate e a entronização da ideia de uma harmonia racial, o problema da miséria que atinge também a brancos pobres foi secundarizado e por muitas vezes naturalizado nas discussões sobre sociedade. Os movimentos negros à época, com destaque para a Frente Negra Brasileira, criada em 16 de setembro de 1931 e a União dos Homens de Cor, criada em 1943, focavam seus esforços na positivação da imagem do negro e em sua plena integração à sociedade brasileira. A reivindicação de direitos, que tornou-se a principal bandeira do movimento negro nos últimos 40 anos, ganhou fôlego quando nomes como Yedo Ferreira, Abdias do Nascimento, Beatriz Nascimento, Flávio Carrança, Neuza Pereira e Lélia Gonzalez criaram em 7 de julho de 1978 nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo o Movimento Negro Unificado, em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robison Silveira da Luz, acusado de roubar frutas numa feira e torturado no 44º Distrito Policial de Guaianases. O MNU rejeitava a ideia de democracia racial e suscitava discussões sobre o racismo e suas sequelas assim como pressionavam as autoridades e a sociedade civil acerca do abismo entre os grupos étnicos que compõem nossa nação e cobravam ações que diminuíssem estas diferenças. É preciso ressaltar também que as Nações Unidas aprovaram, em 1965, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, ratificada pelo Brasil a partir de 1968, e tal fato impulsionou a luta dos movimentos sociais, em especial o movimento negro.

As discussões e reivindicações por um sistema igualitário e políticas estatais que promovessem justiça social fomentadas pelos movimentos negros desembocaram no marco ocorrido em 1995, quando o então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso (mandato presidencial em vigência de 1995 a 2003) admitiu oficialmente que os negros brasileiros eram discriminados, e então assume a existência da discriminação racial no Brasil, durante o seminário internacional “Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos”, organizado pelo Ministério da Justiça, em 1996. Esta foi, de acordo com Sales Augusto dos Santos [5], a primeira vez que um chefe de Estado brasileiro assumiu oficialmente a existência da discriminação racial brasileira. Assim se intensificaram as discussões para a implantação de leis que trouxessem equilíbrio as relações raciais no Brasil. Em 08 de setembro de 2000, houve uma nova manifestação pública do Presidente da República por meio de decreto, em atendimento à Resolução 2000/14, da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, criando o Comitê Nacional para a

Preparação da Participação Brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizado em Durban, na África do Sul. O comitê por sua vez realizou diversas pré-conferências em cidades brasileiras a fim de elencar as questões e os problemas relacionados à discriminação racial no Brasil.

Em função deste evento, antes e durante a sua realização, a imprensa brasileira passou a dar bastante ênfase à questão racial, com informações sobre a conferência e inclusive promovendo debates que incluíram essa pauta na agenda política nacional e na sociedade civil. Isso contribuiu para que a situação da população negra ganhasse visibilidade e que, principalmente, o estabelecimento de um sistema de cotas que promovesse a entrada de negros nas universidades públicas, fosse amplamente discutido nos diversos setores da sociedade. O Estado brasileiro então comprometeu-se a superar o racismo e estabelecer políticas para isso. Foi implantado o sistema de cotas nas universidades públicas; criada a lei 10.639/03 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas; criada a hoje extinta Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR); o programa Universidade para todos (PROUNI); e a lei que institui o Estatuto da Igualdade Racial (12.288/10). Após longas discussões a questão das cotas chegou ao Supremo Tribunal Federal, que tornou em 2014 a lei 12.990/2014, a chamada Lei de Cotas, válida em todo território nacional. Desde então, uma citação do Reverendo Martin Luther King tem sido usada para lembrar a importância desta decisão:

Sempre que essa questão do tratamento compensatório ou preferencial para o negro é levantada, alguns dos nossos amigos recuam horrorizados. ao negro deve ser garantida a igualdade, eles concordam, mas ele não deve pedir mais nada. Na superfície, isso parece razoável, mas não é realista. pois é óbvio que se um homem entra na linha de partida de uma corrida trezentos anos depois de outro, o primeiro teria de realizar uma façanha incrível a fim de alcançá-lo.

[6]

3.4 - O trajeto percorrido na PUC-Rio

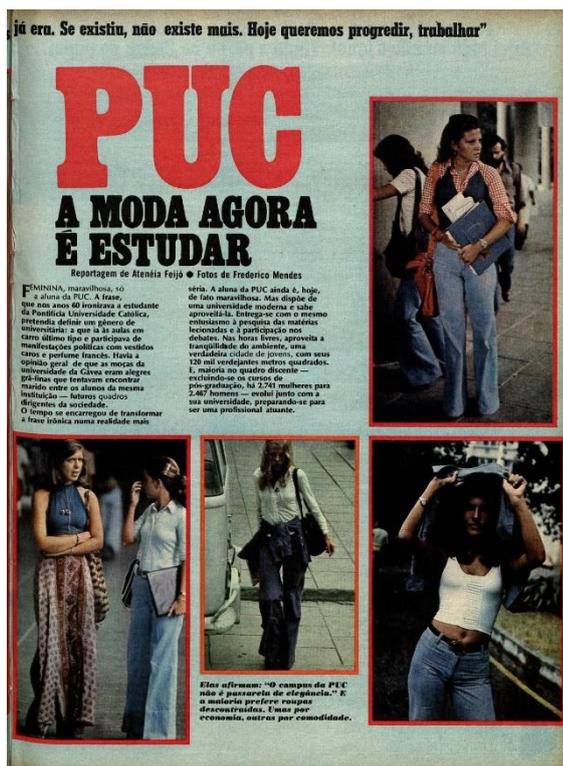
O conhecimento do conjunto de fatores que formam esta grande engrenagem são altamente relevantes para o desmonte dessa estrutura, e sempre serão visitados na abordagem ao tema, mas a não dilação deles exalta o que realmente de importante se procura quando o assunto envolve a equivalência de oportunidades, que é o brilho dos resultados, a importância das soluções. Porém é necessário observar que esse entendimento assim como a própria construção da sociedade em um ambiente justo e saudável à experimentação da vida, atravessa períodos de lenta sedimentação, e que, já foi trabalhado sobre outros signos e intenções.

Um folheto remanescente da campanha pró-patrimônio da Universidade Católica do Rio de Janeiro, datado de 1947, revela que já era notório o conhecimento da desigualdade que impedia o acesso ao ensino superior por parte dos filhos de trabalhadores da classe operária, e o entendimento da Reitoria da Universidade de prover o acesso através de bolsas a estes indivíduos [7]. Tal registro indica o pioneirismo da PUC-Rio no entendimento dos fatores sociais que provocam o impedimento de acesso e a prioridade dada à educação como facilitadora deste acesso. Podemos entender que a motivação desse princípio de caridade evoluiu para uma iniciativa de ações afirmativas com a implementação posterior de um amplo sistema de bolsas que contribui para o projeto individual e coletivo de indivíduos que se tornaram pessoas reconhecidas em suas respectivas áreas de atuação nas diversas camadas de nossa sociedade.



Folheto da campanha pró-patrimônio da Universidade Católica. 1947. Acervo da Reitoria da PUC-Rio.

Em uma reportagem publicada na extinta revista *Manchete*, de 13 de abril de 1974, com algumas alunas da PUC-Rio, é possível identificar a transformação no alunato feminino, foco principal da resenha. Nela, as alunas daquele período destacam a mudança de comportamento e pensamento em relação às alunas da década anterior, que consistia em não mais se enxergarem com “aquela imagem de meninhas divinas, maravilhosas” [8] dispostas somente a utilizarem roupas chiques, perfumes da moda e frequentar a faculdade a procura de um marido entre os alunos da instituição. Havia como meta declarada, pelo menos por algumas, e disposição estudar e ocupar papéis relevantes na sociedade. Entre as muitas entrevistas visando abordar esta transformação, encontra-se a fala da aluna Margarida Lins que, como disse à reportagem, era “nascida e criada no subúrbio” e encontrava-se na PUC-Rio graças a uma bolsa de estudos que obteve. A partir deste registro é possível identificar a existência de um projeto na Universidade que desse conta de oferecer à comunidade menos favorecida condições de estudo e formação, mesmo que no corpo da reportagem, a resenha só destaque a presença de alunas brancas.



Página da reportagem com alunas da PUC-Rio em 19/01/1974, publicada revista Manchete. Reportagem de Atenéia Feijó. Fotógrafo: Frederico Mendes. Pág. 35.

A partir da década de 1970 observamos uma participação política mais forte dos movimentos negros na vida pública, no que diz respeito ao enfrentamento do racismo e da discriminação racial. Nos anos que se seguiram, a atuação dos movimentos negros se difundiu em várias áreas visando abranger uma população maior de excluídos para dar-lhes oportunidades para desfrutar de direitos. Entre os anos 1980 e 1990 alguns cursos pré-vestibulares comunitários surgiram nos estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia com o objetivo de capacitar negros e pobres para a disputa por vagas nas universidades. Entre estes, destacamos o surgimento do Pré-Vestibular para Negros e Carentes (PVNC), que no ano de 1994 firmou parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e, começou a destinar parte de suas bolsas de estudo para alunos negros e pobres. Segundo a professora Vera Candau,

os cursos pré-vestibulares surgiram a partir das carências do Ensino Médio, com o intuito de possibilitar a seus alunos compreender a gênese da política de ação afirmativa da PUC-Rio melhor o que era cobrado em termos de conteúdo pelos vestibulares anteriores (...). Visando romper essa lógica, onde só os que tinham condições financeiras faziam esses cursos e tinham mais chance de ingressar na universidade, começaram a surgir – a partir dos trabalhos de ONGs, associações, pastorais e outras instituições – os chamados cursos pré-vestibulares alternativos, economicamente acessíveis e com a proposta dirigida às classes populares de democratizar o acesso ao ensino universitário a todos aqueles que se dispusessem a nele ingressar, independentemente de sua condição financeira. [9]

Esse entendimento das necessidades de uma grande parcela da população em acessar os espaços de saber para adquirir o conhecimento e a qualificação necessária para a promoção social, não veio sem o enfrentamento daqueles que em seu próprio entendimento veem estas oportunidades como uma vantagem artificial a ser acessada por grupos desprivilegiados.

Existe uma frieza moral quanto à trajetória social de grupos marginalizados, sobretudo de negros e negras. Porém este fator impedor não refreou a iniciativa, muito graças aos esforços de Frei David, de formação franciscana, que desde 1993 vem coordenando esforços para a consolidação deste sistema de bolsas, com inúmeros resultados positivos.



Alunos oriundos do curso Pré-Vestibular para Negros e Carentes da EDUCAFRO na escadaria da ala Kennedy. Fotografia da Revista Isto É, 10/03/2017, edição nº 2465.

3.5 - Somos todos iguais?

Na reportagem da extinta Revista Manchete citada anteriormente, temos o depoimento da estudante de publicidade Jussara Câmara, que traz o seguinte argumento: “na PUC tudo é confraternização. Não tem essa de diferença entre os que chegam a pé, preocupados com o dinheiro do cigarro, e os que descem do Dodge do papai...” [10]. Um fato nada surpreendente para época é que a reportagem se preocupa em ornamentar as páginas somente com fotos de alunas brancas, e adequadas ao padrão estético vigente, o que demonstra que, ou não existiam alunas negras ou eram invisibilizadas até em uma reportagem que flertava com um comportamento progressista. No Brasil, os marcadores sociais que comumente e historicamente ressaltam e estabelecem as diferenças se situam no fenótipo, na cor da pele e somente após estes critérios de diferenciação o conceito de classe é posto. No caso da reportagem citada, as fotos reproduzem um corpo discente formado por pessoas brancas, e mesmo com o conhecimento das diferenças socioeconômicas entre os alunos, dificilmente as pessoas inseridas neste contexto não se entenderiam como iguais.

Os estudos antropológicos modernos trazem a perspectiva de que em se tratando dos seres humanos, a única coisa que nos iguala é a diferença, em uma tentativa de demonstrar que as bases culturais são diversas e não estão dispostas em uma escala de valoração, as culturas, saberes, interesses e experiências existem formando uma enorme colcha de retalhos humana, que prova a nossa pluralidade e diversidade universal. Porém, durante muitos anos foi imposto a humanidade pensar nestas diferenças a partir de uma percepção distorcida da beleza que elas apresentam. Personalidades das mais diversas áreas do saber científico ligadas ao movimento eugênico dos séculos XIX e XX, utilizavam-se desta diversidade para impor uma ideia de evolucionismo cultural em detrimento das sociedades ditas tradicionais. Nomes como o conde de Gobineau, amigo próximo de Dom Pedro II, Renato Ferraz Kehl (médico,

farmacêutico e escritor), Monteiro Lobato (escritor, diretor e empresário), Belisário Penna (médico sanitarista), Octávio Domingues (presidente da Sociedade Brasileira de Zootecnia entre 1951 à 1968) e Edgard Roquette-Pinto (médico legista, professor, escritor, antropólogo, etnólogo, ensaísta e membro da Academia Brasileira de Letras) entre outros implementaram ideias que resistem até os dias de hoje e ajudaram a criar, direta ou indiretamente, o conceito de inferioridade étnica, que embora não exista na superfície das relações, reside no profundo de muitas delas promovendo as distorções do preconceito e da discriminação racial, princípios fundantes e mantenedores do racismo estruturante das relações sociais brasileiras. Tais ideias, por muitos anos empobreceram cognitivamente o valor de nossas diferenças e aprofundaram o abismo entre elas, buscando colocar a partir de um olhar hegemônico que privilegia a cultura euro estadunidense, serventia ou préstimo na diversidade cultural de nosso povo. Conforme enfatiza o sociólogo Boaventura de Souza Santos, “as pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza”. [11]

Igualdade reza que sob um determinado ponto de vista dois ou mais elementos possam ser comparados, mas a equidade busca corrigir as incongruências ignoradas no princípio da igualdade e promover possibilidades e formas de nivelamento corrigidas. O depoimento dado pela aluna Jussara Câmara, já citado anteriormente, embora não tenha erro em sua interpretação, já que seu entendimento dava conta apenas do que seu universo pessoal lhe levava a enxergar, relegava a ideia de igualdade apenas aos iguais. A ideia fria de igualdade não observa especificidades e fatores que desigualam os indivíduos, ela baseia-se na comparação perspectiva e a partir deste ponto busca nivelar incongruências, a equidade vai mais fundo. Em locais onde sonhos se misturam a necessidades financeiras estreitando possibilidades, não nascem perspectivas palpáveis de engrandecimento pela via da igualdade, é a equidade que se faz necessária em operar para romper com o axioma das vivências experimentadas.

Quando observamos o campus da PUC-Rio hoje, quarenta anos após a reportagem da Revista Manchete, o que encontramos é um lugar rico em diversidade, multiculturalista, onde todo o caldeirão efervescente de saberes e experiências se encontram produzindo riqueza de conhecimento e uma potente e pujante gama de possibilidades que positivam as escolhas feitas no passado por uma abertura a ações de afirmação. Não se trata de favorecimento de grupos, trata-se de responsabilidade social, entendimento de que a construção de uma sociedade realmente equalizada depende de todos e do respeito ao próprio histórico da instituição que se compromete em ser um centro de difusão de conhecimento. O mundo torna-se maior, mais vivo e possível quando se torna inclusivo, diverso, plural, aberto a todas as colaborações e trocas culturais. Quando entendemos que somos iguais, inclusive/e com nossas diferenças, nossas possibilidades enquanto humanidade se expandem para locais que, se antes eram inalcançáveis por conta de toda uma série de características pessoais negativadas, pelo estender das mãos, pelas oportunidades dadas, pelos preconceitos abandonados se tornam alcançáveis, pois, para quem tem asas nada é pesado. Mas para isso é necessário que oportunidades sejam dadas, que sejamos equânimes e sobretudo, acertemos as contas com o nosso passado.



Alunos da PUC-Rio membros do Coletivo Nuvem Negra na Vila dos Diretórios da Universidade. Criado em 1º de abril de 2015, o coletivo foi formado com o objetivo de posicionar-se politicamente dentro e fora da PUC-Rio, pautando demandas e abrindo diálogos sobre as questões pertinentes a comunidade negra no cenário brasileiro das instituições universitárias. Fotógrafa: Bárbara Lopes. Agência o Globo.

3.6 - Conclusão

Apesar de todas as contestações contra a política de cotas, a lei de ações afirmativas e os sistemas de bolsas filantrópicas, feitas principalmente por uma camada da sociedade que detém um olhar elitista e conservador acerca destas discussões, os resultados já estão sendo obtidos. Existe um bom número de oriundos destes programas exercendo papéis de destaque e sendo membros reconhecidos por sua produção acadêmica em suas respectivas áreas em nossa sociedade, promovendo diálogo, mudanças e avanço. É preciso, no entanto, pensar para mais além do que o que tem sido feito. Muitos projetos, planos e ampliação no que diz respeito até a subsistência de alunos em condição socioeconômica fragilizada, não saem do papel devido a restrições impostas por correntes que retroagem às discussões ao nível de conversas que já foram superadas, com a repetição dos mesmos argumentos sem uma base científica. Não há de se negar que uma sociedade mais justa está em processo de construção, e embora constantemente sejamos arrastados para os porões mais profundos de nossa própria obscuridade por indivíduos que insistem em nutrir ideias retrógradas, violentas e opressivas, as transformações estão ocorrendo. O que estamos vendo é a transição na mentalidade coletiva de nosso povo para algo melhor. Lenta, gradual, às vezes irritantemente imperceptível, mas ainda assim constante. Não é como trocar um sofá da sala de lugar, é como o agir das placas tectônicas que se movem nas profundezas, mudando o mundo de lugar, expandindo horizontes e estreitando distâncias em um movimento lento e irreversível. Vale a pena voltar ao provérbio senegalês, já citado, que diz o seguinte: “um pé só não cria um caminho.

Os próximos passos de minha pesquisa incluirão o aprofundamento das pesquisas sobre as ações afirmativas na PUC-Rio; entrevistas com alunos, ex-alunos e professores da PUC-Rio; pesquisas em acervos (jornais em geral, acervos do movimento negro, Jornal da PUC, teses e dissertações produzidas na própria Universidade); pesquisa de entrevistas e palestras gravadas por estudiosos da área, professores e ex-alunos da PUC-Rio disponibilizados na

plataforma *YouTube*, e leituras bibliográficas que complementem e tornem este trabalho mais robusto.

3.7 - Referências

- [1]- SILVA, Jorge da. **120 de Abolição:1888 - 2008**. Rio de Janeiro: Hama, 2008. p.43-48.
- [2]- GOMES, Joceline. O Brasil é racista e posso provar. **Favela Potente**. 2018. Disponível em: <<https://favelapotente.wordpress.com/2018/11/07/o-brasil-e-racista-e-posso-provar/>> Acesso em 18 jul. 2020.
- [3]-GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, nº. 92/93 (jan./jun.). 1988. p.69-82.
- [4]-BEZERRA, Juliana. Imigração no Brasil. **Toda Matéria**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/imigracao-no-brasil/#:~:text=A%20abertura%20dos%20portos%2C%20ocorrida,imigrantes%20n%C3%A3o%20portugueses%20ao%20Brasil.&text=Com%20a%20proibi%C3%A7%C3%A3o%20do%20tr%C3%A1fico,de%20imigrantes%20europeus%20no%20pa%C3%ADs>>. Acesso em 15 jul. 2020.
- [5]- SANTOS, Sales Augusto dos (Org.). **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Brasília: Ministério da Educação / UNESCO, 2005. p. 15-31, 34-44.
- [6] - JÚNIOR, João Feres; DAFLON, Verônica Toste; CAMPOS, Luís Augusto. **Cotas no STF: os argumentos como eles são**. Rio de Janeiro: GEMMA-UERJ, 2010. p.127.
- [7] - NEVES, Margarida de Souza; BYINGTON, Silvia Ilg (Orgs.). **PUC-Rio 70 Anos: livro comemorativo aos 70 anos da PUC-Rio**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2010. p23.
- [8] - FEIJÓ, Atenéia. PUC: A moda agora é estudar. **Revista Manchete**. Rio de Janeiro, Editora Manchete, no. 1135, 19/01/1974. p.35-36.
- [9]- CANDAU, Vera. Universidade e Diversidade Cultural: alguns desafios a partir da experiência da PUC-Rio. In: PAIVA, Angela Randolpho (Org.). **Ação Afirmativa na Universidade: reflexão sobre experiências concretas Brasil-Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2004. p.99.
- [10] - FEIJÓ, Atenéia, op. cit., p. 36.
- [11] - SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, São Paulo, CEDEC, no. 10, p. 122, 1997. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/42185/1/Uma%20concep%C3%A7%C3%A3o%20multicultural%20de%20direitos%20humanos.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2020.